

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**  
2 **SEDS/PR**  
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**  
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**  
5 **Palácio das Araucárias**  
6 **CEP 80530-915**  
7 **Curitiba - Paraná**



10 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CEAS/PR**  
11 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA CEAS/PR 11/09/2014**

13 Aos onze dias do mês de setembro do ano de 2014 às 8h 30 mim em primeira convocação no  
14 auditório da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, no 7º andar do  
15 Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n Bairro Centro Cívico, em Curitiba-  
16 Pr, fizeram-se presentes os Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistencial**  
17 **Social- CEAS/PR**, convocados especialmente para mais uma Assembleia Ordinária desse  
18 Colegiado. **O Conselheiro Presidente Leandro Meller (SEDS)** procedeu a 1º chamada e  
19 apenas cinco Conselheiros estavam presentes no horário estipulado, a saber: **Zilma Moraes**  
20 **de Oliveira**(Regional de Maringá -Usuária) **Rubens Marcon** (Recanto Espirita Somos Todos  
21 Irmãos- Maringá), **Franciele Schimtz**(Esc. Regional SEDS- Francisco Beltrão), **José Araújo**  
22 **da Silva** (Pastoral da Pessoa Idosa – Curitiba). Segundo o constante no Regimento Interno, a  
23 2º chamada seria levada a efeito 30 mim após, visando obter o quórum qualificado. Esse  
24 segundo momento deu-se às 9h00, quando o Conselheiro Presidente solicitou a auto  
25 apresentação do plenário. **\*Conselheiros Presentes** : Marta Maria dos Santos (Usuária  
26 Regional de Cascavel), Vanderlei Augusto da Silva (Assoc. De amigos da Pastoral da Criança –  
27 Regional de Cascavel), Luciane Munhos D' Alécio (Ordem dos advogados do Brasil-Regional de  
28 Campo Mourão) Zilma Moraes de Oliveira(Usuária – Regional de Maringá), Rubens Marcon  
29 (Recanto Espirita Somos todos irmãos -Regional de Maringá), Lindalane Casas (Cohapar),  
30 Franciele Schimtz(Esc. Regional de Francisco Beltrão – SEDS), Inês Roseli Tonello(APAE –  
31 Francisco Beltrão), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Regional de Londrina), Leandro  
32 Nunes Meller(SEDS), Denis Cezar Musial(CRESS-Regional de Irati), Silvana Hertz de Oliveira  
33 (CRESS- Regional de Cianorte), Dionéia Edlyng Maciel (CRESS—Regional de Guarapuava),  
34 Erica Pilarski Clarindo(Cáritas Diocesanias de Ponta Grossa), Carlos Pijak(SETI), Marcela  
35 Evangelista (SEDS), Delvana Oliveira (SEED), Fernada D. Gonçalves (PGE), Cidete Maria C.  
36 Casaril(SESA),Mileny Valerio de Lima(Reg. De Jacarezinho), Evandra Suzane Bazo – SEPL, Marli  
37 Mussulini (SETS), Totalizando **21 Conselheiros**. No seu pronunciamento inicial, o **Conselheiro**  
38 **Presidente** Leandro Meller (SEDS) cumprimentou os presentes, informando que apesar da  
39 pauta não ser tão extensa, é passível de debates importantes. Comunicou que no dia seguinte  
40 ocorrerá em Brasília a reunião do CNAS, congregando todas as Mesas Diretoras dos Conselhos  
41 Estaduais de todo o Brasil. Para esse evento, ele próprio se fará presente, bem como o Vice-  
42 Presidente **Denis Musial**. Dessa Forma, o Conselho deverá designar o Conselheiro que após as  
43 15h00 irá conduzir os trabalhos dessa plenária, dada a ausência dos Conselheiros que irão se  
44 dirigindo ao aeroporto. Em nome da equipe do Governo, os **Conselheiros Leandro e Denis**  
45 saudaram os Presentes, desejando uma reunião produtiva. **\*Apreciação da pauta com**  
46 **possíveis inclusões \*Conselheira Roseli** – Informes sobre os Benefícios do Governo  
47 Federal. **\*Conselheiro Leandro**, 1) 20 Municípios do Paraná abaixo de 25% do SISC, 2)  
48 Grupo de Trabalho **LGBT**, com uma representação da Sociedade Civil para aderir ao grupo, a  
49 ser coordenado pela Assessoria Técnica/SEDS 3) Seminário em Curitiba para tratar da  
50 articulação da assistência Social com o Sistema de Justiça. 5) Indicação de Conselheiro para  
51 conduzir essa Assembleia Ordinária após as 15h00 6) parecer do Núcleo Jurídico, referente à  
52 consulta do integrante da APAE de Cascavel, que postula uma vaga no pleito eleitoral.  
53 **\*Aprovada** a pauta com as inserções apresentadas **\*Apreciação da Ata referente à**  
54 **Assembleia Ordinária de Agosto – Aprovada. \*Informes da Secretária Executiva**  
55 **Helena Navarro Gimenez**. Em 21/08/2014 recebido o Of. 01/14, procedente do CMAS de  
56 Nova Santa Rosa, em resposta ao ofício 153/2014. \*Em 21/08/14, recebido o of. 02/2014,  
57 procedente do CMAS de São Pedro do Iguçu, em resposta ao Of. nº 157/2014. \*Em 22/08/14,  
58 recebido o of. 001/2014, vindo do CMAS de Mercedes, em resposta ao of. Nº 151/14. \*Em  
59 26/08/14, recebido o of. 22/2014 do CMAS de Toledo, em resposta ao of nº158/2014. \*Em  
60 04/09/14, recebido o of. Nº 1105/2014, procedente do Ministério Público de Ibiporã cujo  
61 conteúdo aborda Residências Inclusivas. \*Em 04/09/14, recebido o of nº0527/2014,

62 precedente do Tribunal de Justiça, referente ao mandado de segurança nº 1141835-2, sobre  
63 construção de CRAS no Município de Rio Branco do Sul. \*Em 04/09/14, recebido o Memo  
64 nº03/2014 do Escritório Regional de Apucarana, referente ao Ofício nº 027/2014 da entidade  
65 **Casa**, objetivando solicitar a troca de Conselheiro **Danilo Stoco de Souza** da Entidade.  
66 (Apucarana). Em 04/09/14, recebido o ofício nº 06/2014, do CMAS de Iracema do Oeste, em  
67 Resposta ao Ofício nº 178//2014 do CEAS/PR. \*Em 04/09/14 recebido o ofício nº 07/2014,  
68 precedente da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste, em resposta ao Ofício nº094/2014.  
69 \*Em 04/09/2014 recebido o Processo nº13.317.901-1 da Secretaria Executiva, contendo a  
70 solicitação de Orientação sobre candidaturas de Conselheiros do CEAS/PR. \*Em 02/09/2014,  
71 recebido comunicado enviado pelo Conselheiro Artur Andrade (NASA), contendo justificativa de  
72 ausência na Assembleia Ordinária, por conta de compromissos de trabalho. \*Em 05/09/14  
73 recebido um comunicado do Conselheiro Carlos da Silva- Usuário, o Conselheiro Suplente  
74 justifica sua Ausência na Ordinária do CEAS/PR devido a Problemas de Saúde, já a Conselheira  
75 Titular **Renata Lima** encaminhou justificativa de ausência. \*No dia 10/09 a **Conselheira**  
76 **Elenice Malzoni** Justificou sua Ausência nessa Reunião do Conselho Dias 10 e 11/09), por  
77 motivos de férias. \* A **Conselheira Roseli** Justificou sua ausência na reunião das comissões.  
78 Seu Suplente não compareceu por conta da consulta jurídica já realizada, em relação a sua  
79 candidatura. \*Registrada a Chegada do **Conselheiro Nircelio**. \***Indicações de Conselheiro**  
80 **para gerir o desenvolvimento dos trabalhos dessa Assembleia após a saída dos**  
81 **Conselheiros Leandro e Dénis**. Apontados os nomes dos Conselheiros **José Araújo da**  
82 **Silva**(Pastoral da Pessoa idosa) e **Marcela Evangelista** (SEDS), garantindo a paridade na  
83 Mesa Diretora – **APROVADO \* Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo**  
84 **– Relatora** Diante da possibilidade das Comissões terem um Coordenador e também um  
85 relator na apresentação das suas discussões, a **Conselheira Inês Roseli** manifestou-se  
86 contrária, julgando haver um engessamento da democracia, pois até então os trabalhos não  
87 deixaram de ter sua grandeza, já que trata-se de uma atividade conjunta, na verdade uma das  
88 importantes incumbências das comissões é filtrar os assuntos antes de trazer para a plenária.  
89 Concordou a **Conselheira Lindalane** (Cohapar) pontuando que é positivo poder ir **alternando**  
90 entre os Conselheiros as Funções de **Coordenador e Relator**. Valorizando a sua posição, o  
91 **Conselheiro José Araújo da Silva**(Pastoral da pessoa idosa – Curitiba) garantiu ter o  
92 maior respeito pelas opiniões contrárias, no entanto o Regimento interno determina que em  
93 cada Comissão Permanente deverão ser indicados os Conselheiros que exercerão as funções de  
94 **Coordenador e de Relator**, sendo pessoas de referência no grupo. Apontou que na data  
95 anterior faltavam representações governamentais na sua comissão. Concluiu dizendo não ser  
96 possível prescindir desse artigo do Regimento Interno, propondo manter uma Coordenação fixa  
97 em todas as Comissões. Atenta às considerações, a **Conselheira Marli Mussulini** (SETS)  
98 lembrou que todos os Conselheiros ao serem designados, devem cumprir seu papel com  
99 comprometimento e responsabilidade, sejam do segmento governamental ou da Sociedade  
100 Civil. Abrindo um espaço o **Presidente Leandro Meller** instruiu ter lido o Regimento Interno e  
101 assim propôs que esse documento fosse seguido. Considerou que uma Comissão está  
102 constituída para estudá-lo, sendo possível interpretar se deverá ser alterado ou proceder  
103 apenas uma regulamentação, aprofundando o debate. Levou em conta que não se deve fugir  
104 dessa normativa, mesmo porque o Colegiado necessita de uma direção. Houve a Interferência  
105 da **Conselheira Roseli Tonello** pontuando que no Regimento não consta a palavra  
106 permanente e ainda resta o plenário que tem a incumbência de votar. Ainda foi dito pelo  
107 **Conselheiro Vanderlei**(Regional de Cascavel) que o Direito possui varias interpretações  
108 abrindo um espaço, o **Presidente Leandro** exemplificou que as Assembleias do CEAS eram  
109 convocadas pela Secretária Executiva e o **Conselheiro José Araujo da Silva** (Pastoral da  
110 pessoa Idosa) apontou que essa prerrogativa é do Presidente do Conselho. Assim, essa questão  
111 já foi alinhada. A **Conselheira Roseli Tonello** ainda ponderou que a pauta deve ser construída  
112 coletivamente e a grandeza do trabalho está dentro das discussões que elevam a Política.  
113 Criando um entendimento, o **Conselheiro José Araújo da Silva** (Pastoral da Pessoa Idosa)  
114 ainda interpretou que o que se quer é apenas a legalidade das ações. Afirmou que também  
115 deseja um avanço da Política da Assistencial Social, no entanto se não houver a observância  
116 do Regimento, todos estarão fadados a assistir a dissolução dos atos. Por fim, o Conselheiro  
117 solicitou que esse assunto fosse encerrado e encaminhado para a comissão. Nesse momento, o  
118 **Conselheiro Rubens Marcon** (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos – Regional de Maringá)  
119 requisitou a atenção de todos, lembrando que aquilo que está escrito deverá ser cumprido, a  
120 não ser que ocorram mudanças efetivas. Avaliou que está havendo um certo confronto entre  
121 conselheiros e o plenário encontra-se no meio! Consciente da sua responsabilidade, foi a vez da  
122 manifestação da **Conselheira Fernanda Bernardo Gonçalves**, representante da Procuradoria

123 Geral do Estado. Esclareceu que não se trata de descumprir o Regimento Interno, mas se  
124 tentar compatibilizar aquilo que nele está contido, com a vontade do plenário. Não deve ser um  
125 entrave e não é só defender a legalidade, mas achar um meio para garantir os debates. Há  
126 algum tempo, o Regimento Interno já foi debatido na íntegra no Biênio passado, com artigos  
127 amplamente analisados e contando com a legitimidade do plenário nas decisões. Sugeriu  
128 novamente levar para a Comissão, trazendo os resultados na próxima Assembleia. Seguindo,  
129 para essa Comissão apontou-se a **Conselheira Silvana Hertz de Oliveira** (CRESS -Regional  
130 de Cianorte), Como Coordenadora e a relatoria ficará por conta da **Conselheira Marcela. 1.1**  
131 **Balancete FEAS Agosto/2014.** A técnica Marcela Evangelista apresentou o Balancete do mês  
132 de Agosto/2014. **Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente, observando a**  
133 **solicitação dos próximos balancetes seja destacado mínimo de 3% dos IGDS. 1.2**  
134 **Plano de Ação 2015 – Tetos Orçamentários.** A técnica Marcela Evangelista apresentou o  
135 Plano de Ação de 2015. **Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS: Aprovado.**  
136 **Encaminhar ofício do CEAS a SEFA pleiteando que seja atendido as demandas do GFS**  
137 **e GOS/SEDS quanto a recomposição dos recursos do FEAS para 2015 para que**  
138 **possamos garantir no mínimo o mesmo valor do ano de 2014 com as revisões da**  
139 **inflação.** Trabalhando com a garantia do dialogo aberto, a **Conselheira Inês Roseli**(APAE de  
140 Francisco Beltrão) citou que vivencia-se um momento de maior aproximação na relação entre  
141 as Políticas de Assistências Social e da Criança e do Adolescente. Sabe-se que o FIA possui  
142 muitos recursos, assim, para que não hajam cortes no atendimento, porque não levar essa  
143 preocupação ao CEDCA, verificando a possibilidade de utilizá-los nos Centros da Juventude. Já o  
144 **Conselheiro José Araújo da Silva( Pastoral da Pessoa idosa)** chamou a atenção do  
145 colegiado para a redução do orçamento pois as dificuldades se somam sempre. De maneira  
146 oportuna, o **Conselheiro Rubens Marcon (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos)** disse  
147 que na Comissão, compreendeu-se que recursos virão para engrossar esse orçamento, ao  
148 longo do período. Visando esclarecer, a **Conselheira Marcela Grupo Financeiro da SEDS)**  
149 informou que os cálculos são feitos com base na receita até julho, porém no próximo ano será  
150 possível obter essa suplementação, já que não se pode fugir do teto orçamentário. Há  
151 necessidade de se ter uma Lei. Existe também uma perspectiva de novos recursos do BID para  
152 o próximo ano, até para as ações dos Centros da Juventude. Nesta esteira, o **Conselheiro**  
153 **José Araújo da Silva(Pastoral da pessoa Idosa)** agradeceu o esforço sobre-humano  
154 dispendido pela **Conselheira Marcela** (SEDS) junto aos Técnicos, para conseguir mais  
155 recursos. No Entanto, o CEAS/PR poderá expedir uma deliberação, solicitando à SEFA os  
156 valores pelo menos iguais e também corrigidos. Na Sequência, veio a sugestão do Conselheiro  
157 **Paulo Silvério Pereira** (APAE de Ibiporã), questionando a forma para tomar uma posição  
158 junto a Frente Parlamentar, uma vez que a **Conselheira Marcela** depende de instâncias  
159 superiores. Segundo o **Presidente Leandro (SEDS)** o caminho será aguarda o término do  
160 processo eleitoral, visando garantir todos esses apoios no âmbito do Legislativo Federal,  
161 Estadual, CIB, COGEMAS entre outros. Lembrou ainda a **Conselheira Roseli**(APAE de  
162 Francisco Beltrão) que essa Frente Parlamentar garantia a proposta de trabalhar em cima dos  
163 propósitos da Conferencia. **1.3 Demonstrativo Sintético 2013.** A técnica Marcela  
164 Evangelista apresentou o Demonstrativo Sintético de 2013. **Parecer da Comissão:**  
165 **APROVADO.** Em dado momento, o **Conselheiro Nircelio Zobot**(Coordenador de Renda e  
166 Cidadania da SEDS), pediu a palavra visando esclarecer que, na realidade não é incumbência  
167 dos agentes Comunitários fiscalizarem o acompanhamento das famílias nas condicionalidades  
168 da Saúde, compete à Vigilância Sanitária e Nutricional. Eles tem um importante papel para as  
169 questões escolares. Por outro lado, existem representantes da SEED e SESA que  
170 periodicamente se reúnem .(WEB-CONF) Pediu a palavra a **Conselheira Franciele Schimtz**  
171 **(Esc. Regional de Francisco Beltrão),** informando que a SEED desencadeou uma ação  
172 intersetorial nas questões e os melhores benefícios verificados foram na área da Saúde.  
173 **Parecer do CEAS: Aprovado o Demonstrativo Sintético. 1.4 Protocolado nº**  
174 **13.288.657-1: Solicitação de veículo pelo município de Altamira do Paraná.** O  
175 município de Altamira do Paraná solicita a liberação de recursos do FEAS para aquisição de  
176 veículos para apoiar na execução das ações. O processo foi encaminhado ao GFS/SEDS, que  
177 informou que o município foi contemplado com recursos do Programa Família Paranaense  
178 referente às deliberações nº 021 e 039/2012, nos valores de R\$ 37.500,00 e R\$ 26.333,00,  
179 respectivamente, bem como está contemplado na expansão do Piso Paranaense de Assistência  
180 Social – PPAS em 2014. **Parecer da Comissão: Encaminhar o processo para o Setor de**  
181 **Prestação de Contas para informar sobre o plano de aplicação dos convênios e**  
182 **execução das despesas, para confirmar se houve aquisição de veículo. Em caso**  
183 **positivo informar o município que o FEAS já destinou recursos para aquisição de**

184 **veículo recentemente, e o que o mesmo deverá aguardar a expansão do PPAS de**  
185 **2014. Em caso negativo, informar ao município que para aquisição de veículo, o**  
186 **mesmo deverá aguardar a expansão do PPAS de 2014.** Parecer do CEAS: Aprovado.  
187 **\*Comissão de Comunicação Articulação e Mobilização** – Relatoria- Técnico  
188 Hamilton(SEDS) e Dra. Luciane D'Alécio(OAB). **2.1-Pauta permanente: educação**  
189 **permanente do SUAS:** CapacitaSUAS: Hamilton retomou as informações repassadas na  
190 reunião passada. Os cursos começam na região de Cascavel em 22/09/2014; ainda não foi  
191 definida a data de curso para a UEPG (Curitiba, litoral e Ponta Grossa), pois a IES está com  
192 problemas em licitação para alimentação. Curso à distância "A Política de Assistência Social e a  
193 Gestão do SUAS" - 2ª edição: inscrições abertas em 01/09/2014 e se encerram em  
194 14/09/2014; serão 600 vagas para todos os municípios do Paraná com início em 06/10/2014.  
195 **Parecer da comissão:** ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente, observar as informações trazidas  
196 pela conselheira Mileny e conselheira Silvana na avaliação da regular execução do contrato  
197 pelos prestadores. Devendo trazer as informações para próxima reunião. **2.2 Pauta**  
198 **permanente: vigilância socioassistencial:** Foram abertos os questionários do CensoSUAS  
199 2014 para preenchimento em 10/09, a data limite para preenchimento é 28/11/2014. Salienta-  
200 se a importância dos conselheiros instruírem seus municípios acerca do preenchimento dos  
201 questionários, e prestarem apoio e acompanhamento às questões pertinentes. O período de  
202 retificação do preenchimento será de 01 a 05 de dezembro/14. Os técnicos da CGS Pedro e  
203 André estão realizando hoje (10/09), webconferência para os municípios e escritórios regionais,  
204 sobre o preenchimento do CensoSUAS 2014. **Parecer da comissão:** ciente. **Parecer do**  
205 **CEAS:** Ciente, com a necessidade de observar a estratégia que a comissão de  
206 acompanhamento aos CMAS adotará no sentido de reforçar junto aos CMAS a importância de  
207 preenchimento do CENSO. **2.3 -Relato da reunião do FONACEAS, realizada nos dias 2 a 5**  
208 **de setembro:** Aconteceu em Salvador/BA entre os dias 2 e 5 de setembro de 2014, a 30ª  
209 Reunião Ordinária do FONACEAS, com a presença das conselheiras Inês Roseli Soares Tonello,  
210 Tatiana Possa Schafachek e a secretária executiva do conselho Helena Navarro Gimenez, Sendo  
211 que conforme justificativa anteriormente encaminhada o conselheiro Denis não pode  
212 comparecer ao evento. No dia 2 ocorreram a reunião da mesa diretora para organização e  
213 alinhamento dos trabalhos; a reunião das secretarias executivas dos CEAS; a abertura do  
214 evento, com a presença do assessor de gabinete do Secretário de Estado da Secretaria de  
215 Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES; e palestra com o presidente do CNAS,  
216 Edivaldo Ramos, com o tema "Controle Social". No dia 3 ocorreram palestra com os  
217 representantes da Controladoria Geral da União – Bahia, Antônio Argolo e Romualdo Anselmo,  
218 com o tema "O Panorama Legal do Controle Social"; e visita ao Projeto Axé – Pelourinho  
219 (entidade que atende crianças e adolescentes em situação de rua). No dia 4 aconteceram as  
220 apresentações dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Bahia com o tema "Exercício do Controle  
221 Social". Representando o Paraná, as conselheiras Tatiana e Roseli, com a secretária Helena,  
222 discorreram sobre a dinâmica de composição e funcionamento do CEAS/PR, interrelação com as  
223 outras instâncias como CIB e CEDCA, fomento quanto ao funcionamento e reativação dos  
224 Fóruns, principais deliberações e avanços no biênio 2012-2014 e ações diretamente ligadas ao  
225 exercício do Controle Social. O estado do Paraná respondeu com muita propriedade perguntas  
226 suscitadas da apresentação, ficando visível que estamos em um patamar importante nas ações  
227 do nosso estado voltadas ao Controle Social na Assistência Social, em relação aos Estados da  
228 Federação. Também houve palestra com o consultor da assessoria especial da Secretaria Geral  
229 da Presidência da República, Bruno Vichi, com o tema "O Novo Marco Regulatório das  
230 Organizações da Sociedade Civil". No dia 5 houve o encerramento dos trabalhos, aprovação da  
231 carta de Salvador, definição da data da próxima reunião que será na segunda semana de  
232 novembro ou no Mato Grosso do Sul ou no Espírito Santo, tendo como tema " Judicialização da  
233 Política Assistência Social". Destaca-se a apresentação da sugestão dos participantes do  
234 CEAS/PR para que se realize uma reunião ampliada com os Conselhos Municipais, e realizar  
235 com os Conselhos Estaduais do Paraná (CEDCA, COEDE, CEDI, CEE, CEC, CES), além de  
236 COGEMAS e CIB, com o tema "O Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil"  
237 - Lei nº 13.019/2014, para aprofundar conhecimentos e subsidiar os municípios a partir destas  
238 informações, tendo como palestrante o sr. Bruno Vichi. **Parecer dos conselheiros:** ciente.  
239 **Parecer do CEAS:** Ciente, e aprova a estratégia da reunião ampliada a qual será articulada  
240 pela AT/SEDS e Secretaria Executiva do CEAS. **2.4 -Proposta da Comissão de**  
241 **Acompanhamento aos CMAS para a elaboração de Boletins Informativos do CEAS/PR:**  
242 O Conselheiro representante da SETI, Sr. Maia, relatou que na reunião passada foi sugerida a  
243 criação de um boletim informativo do CEAS/PR, que funcionaria como comunicação entre os  
244 CMAS e o CEAS/PR, contendo as principais atividades e deliberações do Conselho. Luciane

245 propôs que o trabalho seja realizado em conjunto com a Comissão de Acompanhamento aos  
246 CMAS. Leandro esclareceu que a proposta é que seja criado um instrumento de comunicação  
247 do CEAS/PR, e que sejam apresentadas sugestões para o seu formato, a forma de alimentação  
248 das informações, a periodicidade etc., ou seja, que a comissão de Comunicação, Articulação e  
249 Mobilização construa um plano de ação para o boletim. **Parecer da Comissão:** ciente, com a  
250 perspectiva de que a plenária contribua com sugestões pertinentes. **Parecer do CEAS:** Ciente  
251 do trabalho da comissão sendo que os conselheiros que tenham sugestão da formatação deste  
252 boletim que encaminhe por e-mail a secretaria executiva do CEAS ate a ultima semana do mês  
253 de setembro para que o material possa ser encaminhado à comissão para avançar na  
254 proposição. **\*Comissão de Acompanhamento aos CMAS- Coordenador** Conselheiro Paulo  
255 Silvério Pereira(Da APAE de Ibiporã)-Relatora – Secretária Executiva Helena. **5.1 Plano de**  
256 **Acompanhamento do CEAS aos CMAS – Inclusão de meta (solicitação da Coordenação**  
257 **de Renda de Cidadania).** A Coordenação de Renda de Cidadania da SEDS sugeriu a inclusão  
258 do acompanhamento das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão do Estado no Plano de  
259 Acompanhamento do CEAS aos CMAS. **Parecer da Comissão:** A Comissão entende que o  
260 acompanhamento das Metas do Pacto deve ser diluída em todas as Comissões Permanentes do  
261 CEAS, e não uma atribuição específica da Comissão de Acompanhamento aos CMAS. Na  
262 próxima reunião, será apreciada a Resolução do CNAS que orienta sobre a criação das  
263 Instâncias de Controle Social do Bolsa Famílias nos CMAS, visando a apropriação do tema, para  
264 posteriormente orientar os municípios quanto a referida demanda. Também será verificada a  
265 necessidade de uma Comissão específica no CEAS/PR para acompanhamento e discussão do  
266 Programa Bolsa Família e outros Benefícios do Estado. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.2**  
267 **Relatório de participação do evento sobre a Vigilância Socioassistencial**  
268 **(encaminhamentos).** O Relatório, elaborado pela conselheira Luciana – ER Ponta Grossa e  
269 relatado pela conselheira Tatiana Possa na última reunião do CEAS, foi apreciado pela  
270 Comissão, mais especificamente no que se refere aos encaminhamentos propostos pelas  
271 conselheiras. No referido relatório, constam indagações referentes ao efetivo funcionamento  
272 dos CMAS no Estado do Paraná. **Parecer da Comissão:** A Comissão entende que muitas  
273 respostas das questões colocadas podem ser encontradas no Censo Conselhos. Mesmo assim,  
274 quando a Comissão for elaborar um Instrumento de monitoramento aos CMAS, as questões  
275 serão ser contempladas. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.3 Planejamento de pauta das**  
276 **Macroregionais de 2015. Parecer da Comissão:** Para elaboração da Pauta das reuniões  
277 Macroregionais da Comissão no ano de 2015 com os CMAS, deverão ser observados: 1 – A  
278 existência/implementação do Sistema de Monitoramento do Estado. Caso esse Sistema seja  
279 implementado até o início de 2015, com formulário específico de Conselhos Municipais, a  
280 Comissão não formulará Instrumental de monitoramento, e será utilizada informações já  
281 preenchidas pelo município no Sistema do Estado. 2 – Para fazer um diagnóstico das 5  
282 macroregiões do Estado e definir a pauta que será trabalhada em cada Macro, a SEDS deverá  
283 ser consultada no sentido de averiguar a disponibilidade em elaborar Estudo  
284 Técnico/Sistematização do Censo Conselhos 2013 referente a cada Macroregião. A divisão de  
285 Macroregião para a realizar as reunião das Comissão com os CMAS serão as mesmas macros do  
286 processo eleitoral da sociedade civil do CEAS/PR. Foi destacado também que no próximo ano  
287 serão realizadas as Conferências de Assistência Social, e isso pode prejudicar a agenda de  
288 reuniões da Comissão nas Macros. **Parecer do CEAS: Ciente da informação e aprova os**  
289 **encaminhamentos feitos até o momento. Inclusões de Pauta: - Ofício nº06/2014**  
290 **CMAS e Ofício nº07/2014 da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste:** O município  
291 encaminhou resposta ao CEAS/PR com as justificativas referentes ao não preenchimento do  
292 Censo Conselhos 2013. O CMAS justificou o não preenchimento do Censo Conselho por conta  
293 de licença médica da Secretária Executiva, e a Prefeitura Municipal justificou o preenchimento  
294 incompleto do Censo SUAS, por conta de problemas no Sistema. **Parecer da Comissão:** O  
295 CMAS deverá ser orientado que o preenchimento do Censo Conselhos não é atribuição  
296 exclusiva da Secretária Executiva e que a senha para acesso à Rede SUAS é enviado ao e-mail  
297 do Presidente do Conselho, podendo o Presidente ou qualquer outro conselheiro fazer esse  
298 preenchimento. **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta: - Municípios em Plano**  
299 **de Providências Habilitação:** A Secretária Executiva do CEAS e da CIB contextualizou  
300 historicamente o procedimento de habilitação municipal. Foi informando que todos os  
301 municípios do Paraná estão habilitados em Gestão Básica, no entanto, os municípios de Nova  
302 Cantu, Tunas do Paraná, Rosário do Ivaí e Sertanópolis ainda apresentam pendências no  
303 Balancete do Fundo Municipal de Assistência Social. Desta forma, no corrente ano, a CIB/PR  
304 pactou por diversas orientações e providências junto aos municípios, visando o encerramento  
305 do Plano de Providências Habilitação. Assim, a CIB/PR reunida ordinariamente no dia 09/09/14,

306 pactou por informar novamente o MP, como também à Comissão Intergestores Tripartite – CIT,  
307 os encaminhamentos adotados pela CIB visando a adequação dos Balancetes. Também foi  
308 pactuado, a intervenção do CEAS junto aos CMAS dos referidos municípios. **Parecer da**  
309 **Comissão:** Oficiar os CMAS supracitados em relação aos encaminhamentos pactuados pela  
310 CIB/PR na última reunião, e solicitar o acompanhamento do CMAS para a resolução das  
311 pendências. **Parecer do CEAS: Aprova o parecer da comissão e delibera sobre a**  
312 **necessidade do acompanhamento e orientação aos CMAS pelo CEAS representado**  
313 **pelo conselheiro da região. - Municípios com pendências no envio de documentações**  
314 **ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS:** A Secretária Executiva do CEAS informou  
315 que na reunião da CIB/PR ocorrida no dia 09/09, foi pactuado o encaminhamento de ofício aos  
316 municípios de Agudos do Sul, Araruna, Tijucas do Sul, Guaraqueçaba, Jataizinho e Rio Branco  
317 do Ivaí alertando sobre o prazo para o encaminhamento dos documentos do FMAS (CNPJ, Lei  
318 do FMAS, Decreto de Regulamentação e Lei Orçamentária Anual) ao FNAS. De acordo com a  
319 Diretoria do FNAS, tais documentos estão sendo solicitados desde o ano de 2011 e o prazo para  
320 encaminhamento pelos municípios era até 31/08, e caso os municípios não encaminhem até o  
321 final de setembro, os recursos federais serão bloqueados. **Parecer da Comissão:** Oficiar os  
322 CMAS dos referidos municípios, alertando sobre o prazo de envio dos documentos ao FNAS e os  
323 prejuízos ocasionados pelo não envio dos documentos. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da  
324 comissão e delibera sobre a necessidade do acompanhamento e orientação aos CMAS pelo  
325 CEAS representado pelo conselheiro da região. - **Projeto MP Social do Ministério Público: A**  
326 **Assistente Social do Ministério Público, Keity Fabiane da Cruz, relatou o Projeto que o**  
327 **MP desenvolve desde o ano de 2011 junto aos** municípios que apresentam indicadores  
328 sociais baixos, a exemplo o IDH. O projeto em parceria com o IPARDES conseguiu, com base  
329 em diversos indicadores, *rankear* os 20 municípios do Estado do Paraná denominados como os  
330 mais socialmente críticos. Nesta perspectiva, o projeto vem trabalhando com as Promotorias  
331 locais, no intuito de aproximá-las da população por meio de audiências públicas, reuniões com  
332 a comunidade e atualmente na capacitação de Conselhos Setoriais e de Direitos nestes  
333 municípios. No município de Guaraqueçaba, onde há baixo IDH, também pode ser observado o  
334 funcionamento precário dos Conselhos, o que desencadeou em intervenção do MP juntamente  
335 com a PUC. Assim, a técnica do MP solicita apoio do conselheiro do CEAS da região de Curitiba  
336 e Litoral, bem como do Escritório Regional da SEDS, nas próximas visitas no município, visando  
337 a capacitação junto aos atores da Política de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** A  
338 Comissão entende de suma importância a participação do conselheiro do CEAS nas visitas junto  
339 com o MP no município de Guaraqueçaba. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão e  
340 delibera sobre a necessidade do acompanhamento e orientação aos CMAS pelo CEAS  
341 representado pelo conselheiro da região de Curitiba (José Araújo da Silva). Ao término, o  
342 **Presidente Leandro Meller(SEDS)** parabenizou essa Comissão, pelos encaminhamentos  
343 dados, trabalhando as informações de forma a implantar uma lógica de trabalho com o CMAS.  
344 Um novo agradecimento surgiu da parte do **Conselheiro José Araújo da Silva(Pastoral da**  
345 **Pessoa Idosa)**, dirigido à Secretária Executiva pela eficiência demonstrada no  
346 acompanhamento a essa Comissão. **\*Grupo de trabalho a ser constituído na Assessoria**  
347 **Técnica da SEDS**, para atuar no estudo sobre a implantação nas metas relacionadas à Política  
348 de Assistência Social constantes no Plano Estadual LGBT (Indicado o Conselheiro Vice-  
349 Presidente Denis Cezar Musial (CRESS-Reg. De Irati). \*Convite da FAS para participação no  
350 Seminário, visando discutir a Assistência Social e o Sistema de Justiça(Indicado o **Conselheiro**  
351 **José Araújo da Silva Pastoral da Pessoa Idosa)**, representando o CEAS/PR **\*Composição**  
352 **da Comissão de Organização da Conferência Estadual de Assistência Social**  
353 Representação: Sociedade Civil \*Conselheiros Denis Musial (CREES – Irati) José Araújo da Silva  
354 (Pastoral da Pessoa Idosa – Curitiba) \*Paulo Silvério Pereira (Apae de Ibiporã) \*Mileny Valério  
355 de Lima (CRESS de Jacarezinho) **\*Segmento Governamental** \*Conselheiros Leandro (SEDS)  
356 \*Marli Mussolini(SETS) \*Tatiana Possa(SEDS) \*Lindalane Casas (COHAPAR) **\*Apoio** : Escritório  
357 Regional de Francisco Beltrão. **\*Período da Tarde** **\*Comissão de Políticas Súcias. -**  
358 **Coordenação** – Conselheira Mileny Valeria de Lima (CRESS – Reg de Jacarezinho) **Relatoria**  
359 – Conselheira Dionéia Edlyng Maciel. **4.1 Análise do CEAS/PR quanto à possível**  
360 **solicitação ao MDS para revisão do Cadastro Único, visando incluir a população LGBT**  
361 **no referido instrumento (Conselheiro Dênis).** O Conselheiro Dênis solicitou envio de ofício  
362 do CEAS/PR ao MDS, solicitando a alteração do Cadastro Único, no que tange à inclusão de  
363 novos campos relacionados à identidade de gênero (nome social) e orientação sexual. Solicita  
364 consulta ao MDS quanto às discussões afetas a essa demanda em âmbito nacional. Remeter  
365 ofício ao CNAS e ao CNLGBT solicitando apoio quanto à alteração do Cadastro Único  
366 mencionada. **Parecer da Comissão:** Favorável ao envio dos ofícios ao MDS, CNAS e CNLGBT.

367 **Parecer do CEAS:** Aprovado. **4.2 Ofício nº 89/2014 do Centro de Apoio Operacional das**  
368 **Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência –**  
369 **MP/PR.** O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso e da  
370 Pessoa Portadora de Deficiência – MP/PR solicita intermédio do CEAS/Pr a respeito do  
371 posicionamento dos técnicos do CRAS do Município de Campo Mourão, quanto à recusa na  
372 elaboração de laudos e perícias para o Ministério Público. **Parecer da Comissão:** sugere que  
373 verifique as considerações da Reunião de Junho/2014 do CEAS/PR que abordou a referida  
374 discussão e, ainda, que consulte o CRESS sobre a existência de alguma orientação técnica para  
375 os profissionais. Sugere, ainda, que o CEAS/PR emita uma Nota Técnica e/ou Ofício a todas as  
376 comarcas do Ministério Público e Poder Judiciário do Paraná a respeito da atribuição e  
377 competência dos profissionais da Política de Assistência Social, bem como dos seus  
378 equipamentos e serviços ofertados. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão devendo  
379 ser providenciado ofício de resposta ao MP, informando que não houve conduta irregular dos  
380 profissionais instruindo a resposta com cópia do provimento 36 do CNJ da moção de repúdio da  
381 Conferência e demais documentos orientativos que tratam do assunto. Bem como encaminhar  
382 o processo para AT/SEDS para que elabore uma proposta de orientação sobre o tema a ser  
383 enviado a todas as comarcas com MP. **4.3 Minuta de Ofício Circular da Unidade Técnica**  
384 **do Programa Família Paranaense e da Coordenação de Renda e Cidadania/SEDS.** A  
385 técnica Paula, da UTPFP, apresentou a Minuta de Ofício informando aos gestores do Cadastro  
386 Único a respeito da atualização dos cadastros com data de atualização inferior ao ano de 2011  
387 (data de atualização do sistema para a Versão 7), ou cadastros que tenham sido atualizados  
388 mas não tenha sido alterada a data de entrevista. Salientando que já foi disponibilizada aos  
389 municípios, a planilha com a relação dos cadastros a serem atualizados, por meio dos  
390 Escritórios Regionais da SEDS. **Parecer da Comissão:** Aprovada a Minuta de Ofício. **Parecer**  
391 **do CEAS:** Aprovado. **4.4 Protocolo 11.449.058-0 – Construção de CRAS no Município de**  
392 **Castro.** O Município de Castro solicitou a construção de CRAS, conforme Deliberação  
393 nº015/2011 CEAS/PR, apresentando documentação de terreno em um local no ano de 2012.  
394 Em 2014 o município identifica um novo local para construção do CRAS, sendo que este atende  
395 aos critérios dispostos na referida deliberação e contempla maior número de famílias em  
396 situação de vulnerabilidade do que o terreno indicado anteriormente. Salientando que o  
397 Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Castro, o Escritório Regional da SEDS  
398 de Ponta Grossa e a Coordenação de Proteção Social Básica são favoráveis à solicitação do  
399 município. O Núcleo Jurídico da Administração/SEDS analisou o protocolo e solicitou a  
400 aprovação deste conselho para dar prosseguimento ao pleito do município. **Parecer da**  
401 **Comissão:** Favorável à alteração do local de construção do CRAS no município. **Parecer do**  
402 **CEAS:** Aprovado. **4.5 Protocolo 13.021.536-0 – Pedido de reconsideração de**  
403 **desabilitação do Município de Paraíso do Norte, Edital nº 15/2013 SEDS/PR.** O  
404 município de Paraíso do Norte solicita reconsideração da desabilitação para Construção de  
405 CRAS, conforme Edital nº 15/2013 SEDS/PR, justificando que apresentou duas matrículas de  
406 terreno que, se somadas, atenderiam à metragem exigida no edital. Entretanto, no início do  
407 processo o município não mencionou a possibilidade ou intenção de unificação das matrículas.  
408 Quanto às certidões, o município relata que entregou todas as certidões exigidas, contudo, no  
409 processo não consta a Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado. Na plenária do  
410 mês de maio o CEAS/PR já havia considerado o município desabilitado devido aos mesmos  
411 motivos. **Parecer da Comissão:** Favorável à continuidade da desabilitação. **Parecer do**  
412 **CEAS:** Considerando que na análise do processo pela comissão não foi comprovado fato novo  
413 que pudesse ensejar na revisão da decisão anterior o Conselho entende que a desabilitação  
414 deverá ser mantida. **4.6 Regionalização dos serviços da Média Complexidade.** A CPSE  
415 informa que o MDS solicitou a participação dos Estados para reunião técnica que acontecerá  
416 nos dias 29 e 30 de setembro, em Brasília, na qual será apresentada a Matriz de Regionalização  
417 do PAEFI. E informa que esse assunto será retomado no próximo mês, em função da referida  
418 reunião. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.7 Panorama de**  
419 **Pagamento do Incentivo Família Paranaense.** A técnica Paula, da UTPFP apresentou o  
420 Panorama de Pagamento do Incentivo Família Paranaense, informando que o Município de Bom  
421 Sucesso do Sul aderiu ao Programa como município prioritário, em substituição ao município de  
422 Adrianópolis e já apresentou os documentos necessários para adesão ao Incentivo Família  
423 Paranaense. No entanto, foi necessário fazer uma correção no Plano de Ação e, assim que  
424 sanada, será enviado para pagamento da primeira parcela do incentivo. Desta forma, a técnica  
425 informa que, ainda, há quatro municípios que não fizeram a adesão ao incentivo. Os mesmos já  
426 foram contatados pelos seus respectivos ERs/SEDS, que informaram que estes municípios  
427 estão providenciando os documentos necessários para formalizar a adesão. Informa, ainda, que



428 93 municípios já receberam a primeira parcela e mais dois municípios necessitam fazer a  
429 correção do Plano de Ação para posterior envio para pagamento. **Parecer da Comissão:**  
430 Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.8 Panorama de pagamento do Renda Família**  
431 **Paranaense.** A técnica Paula, da UTPFP apresentou o Panorama de pagamento do Renda  
432 Família Paranaense, informando que, no mês de setembro, 99.694 famílias foram beneficiadas,  
433 sendo que o valor total foi de R\$3.079.282,00. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do**  
434 **CEAS:** Ciente. **Inclusão de Pauta: 4.9 Ofício 1105/2014 Promotoria de Justiça de**  
435 **Ibiporã - PJIB, Inquérito Civil MPPR nº 0062.13.000107-6 – Município de Ibiporã.** O  
436 Ministério Público solicita esclarecimento quanto às Residências Inclusivas implantadas e em  
437 fase de implantação no Estado do Paraná, bem como o fluxo de atendimento de  
438 pessoas/obtenção de vagas de outros municípios que não possuem a referida estrutura. A CPSE  
439 apresenta Minuta de Resposta informando sobre a estruturação das Residências Inclusivas já  
440 implantadas no estado, citando as cidades que possuem este equipamento. Apresenta,  
441 também, a proposta de estruturação de novas Residências Inclusivas por meio de chamamento  
442 público que poderão atender à demanda dos municípios de pequeno porte I e II. **Parecer da**  
443 **Comissão:** Aprova a Minuta de Resposta. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão e  
444 solicita a CPSE que apresente no CEAS o panorama da implantação das residências inclusivas no  
445 Estado do Paraná. **Inclusão de Pauta 4.10 Protocolo 13.329.185-7 - Mandado de**  
446 **Segurança de Rio Branco do Sul.** O município de Rio Branco do Sul impetrou Mandato de  
447 Segurança, para a construção de CRAS referente ao processo iniciado pela Deliberação nº  
448 048/2013 CEAS/PR, ao qual o mesmo havia sido contemplado. No entanto, foi considerado  
449 inabilitado por não apresentar Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.  
450 Em análise, o Desembargador Nilson Mizuta deu parecer favorável ao município. **Parecer da**  
451 **Comissão:** Acata a medida judicial e solicita encaminhamento à CPSB para informação se  
452 todos os municípios foram conveniados em relação ao processo de Construção de CRAS de  
453 2013; bem como consulta ao Núcleo Jurídico sobre o encaminhamento que o CEAS deve dar  
454 em caso de outras demandas semelhantes e se a decisão aplicada para o município de Rio  
455 Branco do Sul se estende aos demais municípios da Deliberação nº 048/2013 CEAS/PR.  
456 **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Inclusão de Pauta. 4.11 Alinhamento da Política de**  
457 **Assistência Social e da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente.** A Conselheira  
458 Inês Roseli encaminhou e-mail ao CEAS informando sobre a solicitação do CEDCA a respeito do  
459 alinhamento da Política de Assistência Social e da Política dos Direitos da Criança e do  
460 Adolescente, solicitando pauta do CEAS para ser apresentada na Câmara de Políticas Básicas do  
461 CEDCA. **Parecer da Comissão:** após análise da Tipificação Nacional dos Serviços  
462 Socioassistenciais e do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do  
463 Paraná, verificou-se que há convergência de várias ações entre ambas políticas. Desta forma, a  
464 Comissão sugere que seja formado um grupo de trabalho do CEAS para reunir-se no próximo  
465 mês e listar temas para serem apresentados ao CEAS e, posteriormente, trabalhados na  
466 Câmara de Políticas Básicas do CEDCA. **Parecer do CEAS:** Solicitar à UTPCA a sistematização  
467 de todos os itens do Plano Decenal que demandem para a SEDS e posteriormente encaminhar  
468 a AT/SEDS para que identifique destas ações quais tem interface com o SUAS em serviços  
469 tipificados. Após encaminhar este estudo para a comissão de Políticas para que elabore uma  
470 proposta de pauta a ser discutida em conjunto preliminarmente entre as comissões de políticas  
471 dos dois Conselhos e posteriormente seja o documento que embasa a pauta do CEAS no  
472 CEDCA. **Inclusão de pauta – Relação dos 20 Municípios que se encontram com o**  
473 **preenchimento do Sistema de Informação e Fortalecimento de Vínculos abaixo de**  
474 **25% -** Prazo para o preenchimento até 20 de setembro/14 informar os Municípios que serão  
475 prejudicados com a suspensão de repasse de recursos. \*Registrada a chegada da Conselheira  
476 Dulce (SEJU). Na sequência, o **Presidente Leandro Meller**(SEDS) informou o plenário, sobre  
477 o parecer do Núcleo Jurídico da Administração, a respeito da consulta referente ao  
478 **Conselheiro Suplente Pedro Maria Martendal de Araújo**, representante da APAE de  
479 Cascavel, candidato ao pleito eleitoral de 2014, não havendo necessidade do seu afastamento  
480 do Conselho. **\*Panorama das expansões dos serviços de PSE – Técnica Juliana Sabagg**  
481 (SEDS) repassado o panorama atualizado. **\*Relatório de aceites ao Acessuas/2014.** O  
482 Coordenador de Renda e Cidadania/SEDS Conselheiro Nircelio Zabot repassou alguns informes,  
483 a exemplo de que em 2014, 44 municípios eram ilegíveis ao Acessuas/trabalho, vale esclarecer  
484 que elegíveis são aqueles que já possuem um desempenho no PRONATEC. O Conselheiro  
485 aproveitou o ensejo para estender um convite ao plenário, para um Seminário da área, a ser  
486 realizado dia 30, às 8h30min no auditório Mario Lobo/SEDS. **\*Indicação dos Conselheiros**  
487 **representantes.** Conselheiros Ricardo Vilarinho, José Araújo da Silva(Pastoral da Pessoa  
488 Idosa) e Marli Mussolini(SETS) **\*Relato da Câmara de reordenamento dos serviços de**



489 **acolhimento de crianças, adolescentes e jovens.** Planeja-se o agendamento de uma  
490 reunião, para a qual serão convidados de forma oficial o Ministério Público, Tribunal de Justiça,  
491 CEDCA, com encaminhamento de Ofício. **\*Relato da Comissão da CIB – Conselheiro José**  
492 **Araújo da Silva** (Pastoral da Pessoa idosa) desse conteúdo, muitos assuntos já haviam sido  
493 mencionados, restando a questão do preenchimento do Censo SUAS. \*Oficina do Prontuário  
494 SUAS em Brasília. Foi solicitada o agendamento de uma capacitação possibilitando que os  
495 Municípios possam estar se apropriando das informações. \*PSE – Aguarda-se a matriz da  
496 regionalização dos CREAS \* E em relação ao Plano de Providências do Plano Municipal de  
497 Assistência Social instituído ao município de Marialva, foi informando que o município concluiu o  
498 Plano de Providências, pois elaborou o PMAS. De maneira oportuna, o **Presidente Leandro**  
499 **Meller** fez registro sobre a participação do **Conselheiro José Araújo da Silva** nas reuniões  
500 da CIB, de onde tem trazido posicionamentos relevantes. Agradeceu a sua postura profissional,  
501 participação e comprometimento, sendo o condutor da pauta do CEAS para as reuniões da  
502 CIB. Da mesma forma, ressaltou, a importância da Conselheira Inês Roseli participar das  
503 Assembleias do CEDCA/PR num momento de maior aproximação das duas Políticas. **\*Informe**  
504 **sobre os Benefícios** – Compartilhando notícias a **Conselheira Roseli Tonello** comentou:  
505 Instalou-se debate inusitado nos últimos dias : a Associação Comercial e Industrial de Ponta  
506 Grossa(ACIPG) publicou uma cartilha, defendendo que beneficiários do Bolsa-Família e de  
507 outros programas de transferências de renda governamentais, tenham seu direito ao voto  
508 temporariamente suspenso."A manifestação é polêmica e provoca reações extremas de pessoas  
509 que defendem a proposta e outras não. Alguns dizem com a "A Constituição defende a  
510 dignidade da pessoa humana". Nesse momento, o **Conselheiro José Araújo da Silva**(Pastoral  
511 da Pessoa Idosa) solicitou que uma **moção de repúdio** fosse elaborada, pois os Programas de  
512 Transferência de Renda é um direito do cidadão para quem dele necessitar. Segundo o  
513 Conselheiro ele mesmo é beneficiário do INSS e não abrirá mão do seu direito de votar.  
514 Diversos Conselheiros manifestam desgosto por essa iniciativa e segundo o **Conselheiro**  
515 **Paulo**(Apae de Ibiporã) o CEAS/PR deverá responder, devendo ser extensivo a todo o Estado.  
516 O **Presidente Leandro** resumiu o teor dessa manifestação escrita do CEAS, clareando sobre o  
517 entendimento contrário, no que se refere a suspensão de direitos da cidadania. Essa nota  
518 deverá ser inserida no site desse Colegiado, enquanto outros Conselheiros sugeriam publicar  
519 nos grandes jornais, levar para o FONACEAS, encaminhar aos Escritórios Regionais divulgando  
520 para os CMAS. Ao final da Assembleia, os Conselheiro estenderam cumprimentos para os  
521 colegas **Denis Araújo, Rubens e Silvana** que comemoraram aniversários nesses dias.  
522 **Próxima Reunião Ordinária** dias 2 e 3 de outubro/14. A presente ata foi gravada e redigida  
523 por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por Lucas Calisto, sendo a  
524 Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.